

Atualidade econômica

Economia - Brasil

Agora, Sarney comandará economia

JOCIMAR NASTARI

No pronunciamento que fará à Nação, amanhã, à noite, o presidente José Sarney definirá a "linha econômica" de seu governo, optando por um modelo desenvolvimentista que leve a economia do País a crescer 5% neste e nos próximos anos. O discurso de Sarney também terá outro significado. Ele deixará claro, de uma vez por todas, que o "homem forte" da economia é o próprio presidente, inaugurando oficialmente o estilo Sarney de governar.

Com esta importante definição, encerra-se o período de enquadramento de seu ministério. Depois do esperado discurso, os ministros da área econômica que não se enquadrarem na orientação do Palácio do Planalto serão sérios candidatos à substituição.

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, há cerca de duas semanas, já tem conhecimento da intenção de enquadramento do presidente Sarney, tanto que, nestes últimos 15 dias, iniciou seu processo de ajustamento à nova realidade. Neste período, desapareceram dos noticiários da imprensa, quase que totalmente, os atritos de Dornelles e sua equipe com áreas de outros ministérios, principalmente do Planejamento.

Quando os boatos de que Dornelles renunciaria a qualquer momento atingiram seu ponto máximo, no início da semana passada, o ministro da Fazenda iniciou uma bem articulada operação de recuo estratégico, instruindo seus principais auxiliares a terem o máximo cuidado nos seus contatos com a imprensa e, sobretudo, ele mesmo moderou sua linguagem, adequando-a à ordem partida do Planalto, no sentido de que os ministros não devem emitir notas acentuadamente destoantes.

Recuo intencional

No início da operação de recuo, que os técnicos classificam como intencional e estratégica, o Ministério da Fazenda já havia analisado os últimos temas polêmicos, como os cortes nas despesas das empresas estatais abaixo do que estava defendendo, ou a recomposição em Cr\$ 5 trilhões nas tarifas dessas mesmas empresas, para compensar a perda de receita provocada pelo congelamento dos preços ao longo do primeiro semestre. Essa medida já foi apresentada como item adicional ao "pacote econômico" que o Fundo Mone-

tário Internacional está analisando em Washington, junto com a missão técnica brasileira.

Dornelles é contra os "pequenos cortes" e a reposição para as estatais, porque isto poderá comprometer a política de combate à inflação do governo. Com os cortes menores, haverá a necessidade de se emitir mais dinheiro, expandindo a base monetária que pressiona os índices inflacionários. O governo terá, também, de vender mais títulos da dívida pública, atitude que ajuda a elevar as taxas de juros.

A reposição das tarifas — atacada violentamente pelo chefe da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), João Luís da Silva Dias, no último dia 9 — penalizará,



Dornelles: recuo tático

segundo Dornelles, duplamente o consumidor, que será obrigado a tirar mais dinheiro do bolso e suportar os riscos de uma explosão inflacionária. No Ministério da Fazenda, considera-se a recomposição mais injusta do que o congelamento da tabela do recolhimento do Imposto de Renda na fonte, que o ministro da Fazenda defendia até o início do mês. O congelamento atingiria mais as pessoas com maior renda, enquanto a recomposição penalizará todos igualmente — é o pensamento do ministério.

Reações irritadas

A defesa intransigente pela não reposição tarifária feita por Silva Dias, após uma reunião de mais de duas horas com Dornelles, provocou reações irritadas no Palácio do Pla-

nalto. Alguns assessores especiais de Sarney não gostaram da fala do chefe da Seap e chegou-se a pronunciar a seguinte frase: "Seria bom se todo mundo do Ministério da Fazenda calasse a boca".

Coincidência ou não, a partir do dia seguinte, Silva Dias e seus principais assessores, bem como auxiliares mais importantes do ministro da Fazenda "pararam de falar". A ordem partiu diretamente de Dornelles. Com ela cessaram as críticas contra a reposição, ou contra a Companhia de Financiamento da Produção do Ministério da Agricultura (CFP), com a qual a Fazenda ainda trava uma luta pelo direito de se definir a política de recolocação dos estoques de produtos agrícolas do governo, ao longo do segundo semestre.

A "briga" com a CFP atingiu seu pique máximo no final do mês passado, quando o ministro Francisco Dornelles levou um decreto para Sarney assinar, no qual a CFP passava dois milhões de toneladas de produtos agrícolas de seus estoques de safra para os estoques reguladores do governo, sob o controle da Seap. Sarney assinou o decreto, mas o ministro da Agricultura, Pedro Simon, só ficou sabendo do ato pela imprensa e também ficou irritado.

Fim dos atritos

A partir do discurso do presidente Sarney, não existirão mais atritos políticos do Ministério da Fazenda com outras áreas do governo. Contudo, mesmo enquadrado nas normas do Planalto, Dornelles continuará lutando pelos seus pontos de vista. Ele fará tudo para defender o combate acirrado à inflação, hoje seu principal pilar de sustentação no Ministério, segundo a interpretação dos seus auxiliares.

Com a opção desenvolvimentista a ser assumida pelo presidente José Sarney, amanhã, o combate à inflação dividirá com a necessidade do crescimento econômico o primeiro lugar na lista de prioridades econômicas. Mas, mesmo assim, Dornelles não desistirá de tentar fechar o ano com uma inflação de 180%, agora a sua principal meta. E para este mês, no Ministério da Fazenda espera-se mais uma vitória de Dornelles contra a inflação. Com a expectativa inicial de que a inflação deste mês pudesse até passar de 10%, já se tem quase a certeza de que ela deverá situar-se próxima a 8,5%.

(Brasília-Agência Estado)